

Motins da Casa Militar

A11.3

Desmobilizados querem comissão de inquérito

Os desmobilizados das Forças Armadas de Moçambique (FAM) afectos à Casa Militar e ao quartel de Magoanine, que em Março último se amotinaram exigindo o pagamento de um aumento salarial de 23 por cento e retroactivos correspondentes a oito meses, exigem ao Governo a nomeação de uma comissão de inquérito para averiguar, entre outras questões, as causas que levaram à intervenção armada das FDS que, segundo dizem num documento recebido na nossa Redacção, se saldou na morte de seus colegas.

Entretanto, a nossa Reportagem soube junto do Procurador-Geral da República, Dr. Eduardo Mulembwe, que o documento contendo as exigências daqueles desmobilizados está a ser encaminhado às estruturas de direito.

Instado a pronunciar-se sobre os 20 dias que os desmobilizados impõem para a satisfação das suas exigências findos os quais pautarão a sua atitude pelo desencadeamento de acções de vandalismo tais como destruição de montras e saque a estabelecimentos comerciais espalhados por todo o país, o Procurador-Geral da República afirmou que "eles é que definiram o prazo", acrescentando que a violência é condenada nos termos da lei.

— "Se eles quiserem resolver o problema dessa maneira, haverá justiça" — disse Eduardo Mulembwe, para ajuntar que se vai trabalhar no sentido de que não haja motins.

No documento, os desmobilizados advogam que durante a acção das FDS designada por "Operação Relâmpago" perderam os seus

haveres, entre roupas, máquinas de costura, motorizadas, aparelhagens sonoras e televisores.

Exigem, como consequência, a indemnização pelos danos morais causados, de valores monetários que, segundo dizem, foram burlados a alguns colegas seus na cadeia por alguns oficiais da Casa Militar e guardas prisionais da Machava, bem como a justificação de alegadas mortes de seus colegas que foram enterrados na vala comum no quartel de Magoanine.

Dizem também no documento que estão dispostos a ripostar a qualquer acção de violência que for levada a cabo pelas FDS durante o saque a estabelecimentos comerciais.

O documento, assinado apenas sob responsabilidade de uma "comissão" lança fortes críticas à Associação Moçambicana dos Desmobilizados de Guerra, AMODEG, considerando-a uma "máquina utópica" que "deixa de lado a reposição da justiça no seio das FAM".

O presidente da AMODEG, Júlio Joaquim Nimuírrre, em contacto com a nossa Reportagem, atribuiu as culpas ao Governo, considerando-o responsável pelos actos que aqueles desmobilizados vierem a praticar.

Nimuírrre disse ser justo que o Governo pague os salários dos desmobilizados das FAM, pois, segundo afirmou, prestaram serviços pela causa da Pátria. Disse que a AMODEG solidariza-se com as exigências dos desmobilizados, embora não seja favorável a actos de vandalismo.

Acrescentou que as exigências daqueles desmobilizados já foram apresentadas às estruturas competentes e que a AMODEG aceita que seja integrada na comissão de inquérito que eventualmente poderá vir a ser nomeada, por forma a que seja esclarecida a causa que levou a uma intervenção armada das FDS contra os amotinados.

Refira-se que a acção das FDS levada a cabo contra os amotinados em Março último resultou em sete feridos, entre os quais um grave, e na captura de 623 desmobilizados e sua posterior detenção. A "Operação Relâmpago" foi comandada pelo General Atanásio Mutumuke.

Os amotinados teriam tentado levar a cabo acções de distúrbios e fazer reféns a familiares de responsáveis governamentais, numa operação que envolveu 1200 desmobilizados.